

Contra o Estado Islâmico

O PE apoia a constituição de uma coligação internacional – que está já a tomar forma – **contra o EI**, bem como todos os esforços para apoiar as autoridades nacionais e locais iraquianas e para **viabilizar o acesso de ajuda humanitária**.

Ver pág.5

Líbia dividida

PE aprova Resolução que condena a escalada de violência, em especial a dirigida contra a população e as instituições civis, e solicita a **todas as partes no conflito que ponham imediatamente termo a todos os atos de violência** e que cheguem a um acordo de cessar-fogo, que permita a criação de um Estado baseado no respeito dos direitos humanos.

Ver pág. 7

Conflito em Gaza

O mais recente **conflito em Gaza** causou a perda de vidas e sofrimentos inaceitáveis da população civil das duas partes envolvidas.

Sob a égide do Egito, foi alcançado um cessar-fogo entre as partes, que pôs fim a sete semanas de conflito em Gaza.

Se as tréguas se mantiverem, as partes deverão iniciar conversações em finais de setembro de 2014.

Ver pág 8

em destaque:

Acordo UE-Ucrânia

(Sessão Simultânea dos dois Parlamentos)

O Parlamento Europeu deu luz verde ao **Acordo de Associação entre a União Europeia e a Ucrânia**, que visa aprofundar as relações políticas, económicas e comerciais entre as partes, incluindo a criação de uma Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada. **O acordo foi ratificado ao mesmo tempo pelo parlamento ucraniano, em Kiev.**

O Parlamento Europeu aprovou o Acordo de Associação entre a UE e a Ucrânia por 535 votos a favor, 127 contra e 35 abstenções.

O Parlamento Europeu e o parlamento ucraniano (Verkhovna Rada) aprovaram o acordo ao mesmo tempo. Os deputados europeus e ucranianos assistiram em direto, através de videoconferência, à ratificação nas assembleias de Kiev e de Estrasburgo.

"Este é um momento histórico (...) Dois parlamentos no exercício da sua independência decidem votar ao mesmo tempo este acordo", disse o Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz. *"O PE respeita a integridade territorial e a soberania da Ucrânia. Sempre o fizemos e assim continuaremos a fazer"*.

"Nenhuma outra nação pagou um preço tão elevado para ser europeia", disse o Presidente da Ucrânia, Petro Poroshenko. Esta nação dá hoje *"um primeiro e determinado passo"* para a associação com a UE. *"Quero agradecer à Europa pelo apoio que nos tem dado nestes tempos difíceis. Quero também deixar uma palavra ao governo ucraniano: a UE apenas pede uma coisa em troca - reformas. Peço que não as atrasem"*.

Ver pág.3

Índice

Parlamento Europeu aprova cordo de Associação UE- Ucrânia.....	3
Estado Islâmico: Parlamento Europeu apoia coligação internacional contra avanço dos extremistas.....	5
Ordem do dia da sessão.....	10

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

Serviço de Imprensa do PE

Serviço de Imprensa do GEPSD

site www.carloscoelho.eu

Parlamento Europeu aprova Acordo de Associação UE-Ucrânia

O Parlamento Europeu deu luz verde ao Acordo de Associação entre a União Europeia e a Ucrânia, que visa aprofundar as relações políticas, económicas e comerciais entre as partes, incluindo a criação de uma Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada. O acordo foi ratificado ao mesmo tempo pelo parlamento ucraniano, em Kiev.

O Parlamento Europeu aprovou o Acordo de Associação entre a UE e a Ucrânia por 535 votos a favor, 127 contra e 35 abstenções.

"Com esta ratificação, a escolha europeia da Ucrânia será institucionalizada e os futuros da UE e da Ucrânia ficarão ligados. A sociedade ucraniana pagou um preço muito elevado pelas suas aspirações europeias, sofrendo com as mortes de numerosas pessoas, com a ocupação territorial da Rússia e com a deteriorização das condições económicas. Com esta ratificação, a UE dá à Ucrânia um sinal de apoio muito forte, apesar da lamentável proposta de adiar a implementação do acordo", disse o relator da comissão parlamentar dos Assuntos Externos, Jacek Saryusz-Wolski (PPE, Polónia).

Este acordo *"não é o objetivo último das relações entre a UE e a Ucrânia"*, acrescentou. Para o eurodeputado, o futuro comum da UE e da Ucrânia deve ser protegido da agressão russa com a introdução de *"sanções cada vez mais duras, até que os custos para a Rússia sejam tão elevados que seja insustentável manter a sua política"*.

Acordo ratificado em simultâneo em Kiev

O Parlamento Europeu e o parlamento ucraniano (Verkhovna Rada) aprovaram o acordo ao mesmo tempo. Os deputados europeus e ucranianos assistiram em direto, através de videoconferência, à ratificação nas assembleias de Kiev e de Estrasburgo.

"Este é um momento histórico (...) Dois parlamentos no exercício da sua independência decidem votar ao mesmo tempo este acordo", disse o Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz. *"O PE respeita a integridade territorial e a soberania da Ucrânia. Sempre o fizemos e assim continuaremos a fazer"*.

"Nenhuma outra nação pagou um preço tão elevado para ser europeia", disse o Presidente da Ucrânia, Petro Poroshenko. Esta nação dá hoje *"um primeiro e determinado passo"* para a associação com a UE. *"Quero agradecer à Europa pelo apoio que nos tem dado nestes tempos difíceis. Quero também deixar uma palavra ao governo ucraniano: a UE apenas pede uma coisa em troca - reformas. Peço que não as atrasem"*.

A associação entre a UE e a Ucrânia tem por objetivos:

- promover a aproximação progressiva entre as partes com base em valores comuns e em ligações estreitas e privilegiadas, aprofundando a associação da Ucrânia com as políticas da UE, e a participação em programas e agências;
- proporcionar um enquadramento adequado para o diálogo político reforçado em todos os domínios de interesse comum;
- promover, preservar e reforçar a paz e a estabilidade nas dimensões regional e internacional;
- criar condições propícias a relações económicas e comerciais mais estreitas que conduzam a uma integração gradual da Ucrânia no mercado interno da UE, incluindo a criação de uma Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada, e apoiar os esforços da

Ucrânia no sentido de concluir a transição para uma economia de mercado viável através, nomeadamente, da aproximação progressiva da sua legislação à legislação da UE;

- reforçar a cooperação no domínio da justiça, da liberdade e da segurança, com o objetivo de consolidar o Estado de direito e o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais;
- criar condições para uma cooperação cada vez mais estreita em domínios de interesse comum.

Entrada em vigor

Apesar de ter sido planeado que as disposições comerciais fossem aplicadas a título provisório a partir de 1 de novembro, numa reunião ministerial que decorreu na passada sexta-feira a UE e a Ucrânia acordaram que a aplicação provisória fosse adiada até 31 de dezembro de 2015. A Comissão Europeia anunciou, no entanto, que continuará a aplicar preferências comerciais autónomas à Ucrânia. A decisão de prolongar essas preferências terá de ser também aprovada pelo Parlamento Europeu.

Para entrar plenamente em vigor, o acordo precisa ainda de ser ratificado por todos os Estados-Membros. Neste momento, o acordo foi ratificado em seis países da UE.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Ana Gomes (S&D) *"Senhor Presidente, é hora de a União Europeia ser eficaz na solidariedade com o povo ucraniano e na defesa do direito internacional e da paz. A agressão russa à Ucrânia é inegável e intolerável para além da Crimeia. A Rússia tem de assumir as suas responsabilidades acrescidas como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, fazendo respeitar o cessar-fogo e viabilizando o diálogo político na Ucrânia, sem interferir na escolha democrática que assiste aos ucranianos para determinar quem os governa e as alianças com que se governam, como o acordo de associação que hoje mesmo este Parlamento e a Verkhovna Rada ratificarão.*

Para ser eficaz a União tem de se empenhar no cumprimento das sanções económicas, financeiras e da defesa, garantindo que os equipamentos de duplo uso não escapam ao embargo de armas, e tem de apoiar a governação democrática na Ucrânia, incluindo a sua capacidade de investir na diversificação das fontes de energia, alternativas à dependência da Rússia, que também deve estrategicamente impor-se à própria União.

As sanções são reversíveis, queira a Rússia entendê-lo e entender que nós na União Europeia não queremos a guerra, nem sequer fria, mas não ficamos de braços cruzados diante da que Putin instiga e conduz na Ucrânia, pondo em causa a segurança europeia e global".

Francisco Assis (S&D) *"Senhor Presidente, Senhor Comissário, caros Colegas, nós temos, evidentemente, a obrigação de defender a legalidade internacional e de procurar corresponder, na medida do possível, às pretensões ucranianas de aproximação à União Europeia, mas isso não nos autoriza a desvalorizar a complexidade do problema e muito menos nos deve conduzir à adoção de uma retórica anti-russa de muito nefastas consequências para a segurança internacional.*

Como aqui já foi dito por vários colegas, a Rússia é um parceiro estratégico e deve ser visto também como um parceiro estratégico da União Europeia, e basta olhar para a História para compreendermos a necessidade de manter esse relacionamento. Acresce ainda a isso que a Rússia é também um parceiro, ou deve ser, e tem sido, na resolução de alguns dos principais conflitos internacionais com que nós estamos hoje confrontados. E por isso o que me parece que nós temos é que alcançar aqui o melhor equilíbrio possível, um equilíbrio assente na firmeza, no apoio às legítimas pretensões ucranianas, mas também apostado numa ação diplomática constante no sentido de favorecer o bom relacionamento com a Rússia".

Estado Islâmico: Parlamento Europeu apoia coligação internacional contra avanço dos extremistas

A criação e a expansão do "califado islâmico" e as atividades de outros grupos extremistas no Iraque e na Síria constituem uma ameaça direta à segurança dos países europeus, afirmou hoje o Parlamento Europeu, apoiando a constituição de uma coligação internacional contra o chamado Estado Islâmico (EI) e a aplicação de sanções para impedir a venda ilegal de petróleo e a exploração de paraísos fiscais por parte dos extremistas.

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a situação no Iraque e na Síria e a ofensiva do EI, na qual condena os assassinios dos jornalistas James Foley e Steven Sotloff e do funcionário de uma organização humanitária David Haines. Os eurodeputados expressam a sua profunda preocupação com a segurança de outros reféns em poder dos extremistas.

O PE apoia a constituição de uma coligação internacional – que está já a tomar forma – contra o EI, bem como todos os esforços para apoiar as autoridades nacionais e locais iraquianas e para viabilizar o acesso de ajuda humanitária.

Os parlamentares congratulam-se com a decisão tomada por vários Estados-Membros no sentido de responder positivamente ao apelo das autoridades regionais curdas para que lhes seja fornecido material militar com urgência. Exortam, no entanto, os países europeus a aplicarem "*medidas de controlo efetivas para evitar a disseminação descontrolada e a utilização de material militar contra civis*".

O PE sublinha também a necessidade de explorar todas as possibilidades para conter de forma eficaz a ameaça do EI na Síria. A longo prazo, só uma solução política duradoura e inclusiva que implique uma transição pacífica para um governo verdadeiramente representativo na Síria será capaz de neutralizar a ameaça do EI e de outras organizações extremistas, diz a resolução.

Deterioração da situação humanitária

O PE chama a atenção para o agravamento da situação humanitária e de segurança no Iraque e na Síria, condenando firmemente as violações dos direitos humanos, como execuções e violência sexual, perpetradas por esta e outras organizações terroristas contra minorias religiosas e étnicas e os grupos mais vulneráveis.

"*Não deve haver impunidade para os autores destes atos*", diz o PE, salientando que "*os ataques disseminados ou sistemáticos dirigidos contra civis devido à sua etnia, orientação política, religião, crença ou género podem constituir um crime contra a humanidade*".

Cortar os recursos ao EI

O PE insta o Conselho de Ministros da UE a analisar formas de utilizar mais eficazmente os atuais regimes de sanções, em especial para impedir que o EI beneficie da venda ilegal de petróleo ou da venda de outros recursos nos mercados internacionais.

O PE quer que sejam aplicadas sanções pela UE a todos os intervenientes (governos e empresas públicas ou privadas) no transporte, transformação, refinação e comercialização de petróleo extraído em zonas controladas pelo EI, juntamente com controlos rigorosos de fluxos financeiros, a fim de impedir a atividade económica e a exploração de paraísos fiscais por parte dos extremistas.

Os eurodeputados sublinham também a importância de aplicar de forma eficaz o embargo ao armamento e o congelamento de bens impostos pelas Nações Unidas.

Líbia e Gaza

O Parlamento Europeu aprovou também resoluções sobre a **situação na Líbia e sobre Israel-Palestina após o conflito de Gaza**.

Carlos Coelho (PPE) " *Em consequência da ocupação de partes do seu território pelo grupo terrorista jihadista Estado Islâmico (EI), a situação humanitária e em matéria de segurança no Iraque e na Síria tem vindo a deteriorar-se, tendo o Estado Islâmico declarado, em 24 de junho de 2014, a instituição de um Califado ou Estado Islâmico nos territórios que controla. Nas zonas controladas pelo Estado Islâmico ou grupos associados, têm sido cometidas graves violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, designadamente execuções seletivas, raptos, venda e escravatura de mulheres e crianças, recrutamento de crianças para atentados suicidas, abuso físico e sexual e tortura, e a decapitação dos jornalistas James Foley e Steven Sotloff e do trabalhador humanitário David Haines.*

A promoção da democracia e o respeito dos direitos humanos são princípios e objetivos fundamentais da União Europeia para as suas relações com os países terceiros.

Apoia esta resolução, em que o Parlamento Europeu condena firmemente os assassinios indiscriminados e as violações dos direitos humanos, e sublinha que, na Síria e no Iraque, só será possível uma paz sustentável com a responsabilização pelos crimes cometidos por todas as partes, não podendo haver impunidade para os autores destes atos".

Ana Gomes (S&D) "O Iraque tem graves disfunções de governação que facilitaram a progressão do chamado Estado Islâmico do Iraque e Levante, mas não podemos negligenciar o impacto da confrontação brutal entre o povo sírio e o regime assassino de Baschar al-Assad na ofensiva desta organização terrorista que não é Estado e muito menos representa o islão.

O novo governo iraquiano tem de ser representativo da diversidade política, étnica e religiosa do Iraque e tem de dar prioridade a erradicar o sectarismo que paralisou a governação. Foi incapaz de dar resposta às mais básicas necessidades da população, em particular alineando e entregando de bandeja a minoria sunita ao oportunismo fanático do chamado EI

A União Europeia - e não apenas alguns Estados-Membros - têm de se empenhar numa coligação internacional que, devidamente respaldada no direito internacional, operacionalize uma estratégia de contra terrorismo envolvendo apoio militar, técnico e político, na capacitação das forças iraquianas e de outras na região determinadas a combater esta ameaça.

É fundamental que os Estados da União se articulem numa posição comum que demonstre, no terreno e na arena diplomática, que a União age coordenadamente. A ameaça colocada pelos criminosos do EI não golpeia apenas minorias cristãs e aziris, curdas, assírias e outras e as populações xiitas e sunitas no Iraque e na Síria, é uma ameaça à civilização e à segurança global.

Na frente política a União Europeia não deve deixar de procurar a cooperação com o Irão e responsabilizar - da Turquia aos parceiros do Golfo - aqueles que nesses países instigam ao sectarismo na base da ideologia sanguinária do EI e para ele encaminham apoio financeiro, militar, logístico e outro. A luta contra o EI não pode também servir para marginalizar mais a tragédia síria da agenda europeia. O combate ao EI passa pelo fim do conflito sangrento na Síria.

Finalmente, a luta contra a radicalização dentro da União Europeia tem de ser outra das nossas referências. Nós temos uma estratégia de segurança europeia, uma estratégia de segurança interna, uma estratégia antiterrorista, mas não enfrentamos ainda eficazmente o problema da radicalização e do recrutamento. A nossa juventude desempregada, excluída e exposta às redes dos recrutadores. Esta é a prioridade, é hora de agir".

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate sobre a **situação no Iraque e na Síria e a ofensiva do ISIS**

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate sobre a situação na **Líbia**

Carlos Coelho (PPE) *"A Líbia enfrenta uma escalada de combates entre grupos armados, incluindo ataques a civis e a bens privados, que envolvem a violação grosseira dos direitos humanos e do direito humanitário, onde se incluem detenções arbitrárias, raptos, execuções extrajudiciais, tortura e violência contra jornalistas, funcionários, políticos e defensores dos direitos humanos.*

Os recentes combates levaram a uma degradação generalizada das condições de vida na Líbia, tendo milhares de migrantes e refugiados que fugiram da violência na Líbia morrido ao procurar atravessar o Mediterrâneo com destino à Europa, provocando uma grave crise de refugiados em Itália e Malta.

Apoio esta resolução do PE que condena a escalada de violência, em especial a dirigida contra a população e as instituições civis, e solicita a todas as partes no conflito que ponham imediatamente termo a todos os atos de violência e que cheguem a um acordo de cessar-fogo, que permita a criação de um Estado baseado no respeito dos direitos humanos, na democracia e no Estado de direito. Por outro lado, defende-se que os responsáveis pelas violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário sejam devidamente processados".

Ana Gomes (S&D) *"Da minha visita a Benghazi, em maio de 2011, no meio do levantamento popular contra a ditadura de Kadafi, retenho viva memória do encontro com Salwa Bouguiguis, uma das heroínas da revolução e do futuro de liberdade, democracia e progresso que ela e milhões de líbios e líbias queriam para o seu país.*

Salwa Bouguiguis foi cobardemente assassinada e o seu marido raptado no dia 25 de junho depois de terem ido votar nas últimas eleições líbias. Esta tragédia ilustra a espiral de violência e sectarismo que se abateu sobre o povo líbio no último ano e convoca à ação solidária e urgente da comunidade internacional. A violência está a comprometer a viabilidade do Estado na Líbia. E esta espiral, se tem muito a ver com as rivalidades internas, não podemos ignorar que é também instigada do exterior, quer por redutos kadafistas quer por forças terroristas com agendas desestabilizadoras da região.

A prioridade tem de ser investir na segurança e na reconciliação nacional. É preciso um cessar-fogo entre milícias rivais e trazer todas as partes para o diálogo. A União Europeia deve aplicar sanções sobre quem se puser à margem deste processo e continuar a instigar violência e caos na Líbia.

Na Conferência de Madrid, hoje, a par do apoio humanitário, é fundamental que a comunidade internacional e a União Europeia, em particular, decidam apoiar a formação de forças de segurança líbias, polícia e forças armadas sobre um comando central nacional para fornecer segurança numa região onde prolifera a criminalidade organizada com tráfico de seres humanos, armas, droga e terrorismo.

É da nossa própria segurança que também estamos aqui a falar. A Líbia pode estar à beira de se tornar um Estado falhado, santuário de redes terroristas armadas aqui à nossa porta, às portas da União Europeia. É preciso que a União Europeia não perca mais tempo e preste uma missão no quadro da política comum de segurança e defesa, que se concentre na assistência ao desarmamento e à reforma do sistema de segurança na Líbia. A disfuncionalidade líbia já tem um impacto direto na União Europeia. A tragédia humana e no Mediterrâneo, que cada dia se torna mais acabrunhante como o desastre que antes de ontem vitimou 500 desesperados.

Quando poremos em prática um mecanismo verdadeiramente europeu e solidário para salvar vidas? Termino, Senhor Presidente, a expressão da minha admiração e pedindo total apoio da União Europeia à ação de um europeu, Bernadino León, que foi recentemente nomeado representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Líbia e que está a fazer um trabalho extraordinário procurando exatamente negociar o cessar-fogo e iniciar um processo negocial inclusivo. Ele merece todo o nosso apoio".

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate sobre Israel-Palestina após o conflito de Gaza e o papel da UE

Carlos Coelho (PPE) *"O mais recente conflito em Gaza causou a perda de vidas e sofrimentos inaceitáveis da população civil das duas partes envolvidas.*

A 26 de agosto, sob a égide do Egito, foi alcançado um cessar-fogo entre as partes, que pôs fim a sete semanas de conflito em Gaza.

De acordo com o cessar-fogo alcançado, deve ser permitido, à ajuda humanitária, o acesso à Faixa de Gaza através de Israel, a passagem de Rafah deve ser aberta e a zona de pesca deve ser alargada para seis milhas da costa de Gaza.

Se as tréguas se mantiverem, as partes deverão iniciar conversações em finais de setembro de 2014.

Condeno veementemente a violação dos direitos humanos e do direito humanitário internacional e defendo que se apurem responsabilidades por atos criminosos.

Acolho com satisfação o cessar-fogo mediado pelo Egito e apoio que a UE participe no esforço de ajuda humanitária de emergência e na reconstrução de Gaza, bem como na conferência internacional de doadores em 12 de outubro de 2014.

Saliento que proporcionar um acesso pleno e sem entraves à ajuda humanitária à população da Faixa de Gaza tem de ser uma prioridade imediata".

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *"Senhor Presidente, importa lembrar, já agora, que o conflito palestino dura desde 1947 e, portanto, colocar o Hamas na raiz do problema é omitir a própria História.*

Estivemos, juntamente com vários camaradas, na Palestina, no início do mês, e pudemos testemunhar a opressão de um povo por parte das autoridades israelitas. Pudemos observar a completa desproporção de meios que deita por terra qualquer teoria de uma suposta guerra entre duas partes que se agridem mutuamente.

O povo palestino, e nós mesmos, e todos aqueles que acreditam neste processo de paz estão firmemente convencidos de que esta solução só poderá sair do impasse com o fim do apoio político, militar e financeiro dos Estados Unidos e da União Europeia a Israel. Apelamos à União Europeia para que respeite os compromissos assinados relativamente ao processo de paz e aplique as cláusulas do acordo de associação com Israel que obrigam ambas as partes a respeitar os direitos humanos.

Os palestinos esperam há tempo de mais. Reconheçamos de uma vez por todas e trabalhem para que seja reconhecido o Estado da Palestina de acordo com as fronteiras de 66 e com capital em Jerusalém-Leste".

(O orador aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do artigo 162.º, n.º 8, do Regimento).

Resposta segundo o procedimento "cartão azul. –"Estou plenamente de acordo. O direito do regresso das populações palestinianas aos territórios ocupados é uma das questões que tem que estar no centro da negociação, e isso aliás foi referido por diversas vezes nos encontros que tivemos com as organizações. Agora, não vamos misturar tudo, não vamos complicar, para depois ficar tudo na mesma. Vamos apenas reconhecer o que está escrito, aplicar aquilo que está nos Tratados, e fazer com que a União Europeia condene Israel, porque temos um Tratado de Associação que não está a ser respeitado, porque o artigo 2.º não está a ser respeitado em virtude das violações de Israel em relação aos direitos humanos. São coisas concretas, são boicotes, deixar de vender armas a Israel... São coisas muito simples. Armas que foram usadas para matar crianças... Nós temos que reconhecer isso e adotar medidas concretas, sem deixar de considerar a complexidade do problema, mas sem paralisar a nossa ação".

Marisa Matias (CEUE/EVN) *"Senhor Presidente, mais de 2.000 pessoas morreram pelo facto de serem palestinianas, mais de 10 000 ficaram feridas pelo simples facto de serem palestinianas, porque há uma ocupação, uma ocupação onde se têm cometido crimes contra a Humanidade. Os crimes contra a Humanidade têm que ser julgados, aqui e em qualquer parte do mundo.*

Houve um colega que disse na sala que iriam ser investigados pelo Governo de Israel. A sério? Israel é o réu! Israel tem que sentar-se no banco dos réus! Nenhum tribunal funciona tendo como juiz o réu! Isso é impensável.

Mas este debate, este debate é sobre o papel da União Europeia. Há muito que a União Europeia pode fazer. A União Europeia tem de deixar de ser cúmplice. Não pode escrever no papel que não reconhece os territórios ocupados e não suspender o acordo de associação e não fazer nada para contrariar isso e manter Israel no estado de exceção.

A União Europeia não pode ser cínica. Todos os meses neste plenário fazemos debates sobre urgências de crimes contra direitos humanos e contra a Humanidade. Todos os meses neste plenário choramos lágrimas por crimes contra os direitos humanos. Este é o mais visível de todos, a maior vergonha da comunidade internacional. Deixemos de ser cínicos, deixemos de ser parte do problema".

Ordem do dia 15 a 18 Setembro de 2014

Segunda-feira, 15 de Setembro

17:00 - 21:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Impacto na agricultura europeia do embargo comercial imposto pela Federação da Rússia aos produtos agrícolas e alimentares da UE - Pergunta oral (O-000063/2014 - B8-0032/2014)

Comércio com os países da Euromed - Declaração da Comissão

SPG+ (Sistema de Preferências Generalizadas) e respeito da Convenção sobre a Idade Mínima: caso da Bolívia - Pergunta oral (O-000062/2014 - B8-0031/2014)

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

Terça-feira, 16 de Setembro

09:00 - 11:50

Situação na Ucrânia e balanço das relações UE-Rússia - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Discussão conjunta - Acordo de Associação UE-Ucrânia

Acordo de Associação UE-Ucrânia no que diz respeito às disposições relativas ao tratamento concedido aos nacionais de países terceiros legalmente empregados no território da outra parte - Recomendação: Jacek Saryusz-Wolski (A8-0002/2014)

Acordo de Associação UE-Ucrânia no que diz respeito às disposições relativas ao tratamento concedido aos nacionais de países terceiros legalmente empregados no território da outra parte - Recomendação: Claude Moraes (A8-0009/2014)

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Acordo de Associação UE-Ucrânia no que diz respeito às disposições relativas ao tratamento concedido aos nacionais de países terceiros legalmente empregados no território da outra parte - Recomendação: Jacek Saryusz-Wolski (A8-0002/2014)

Acordo de Associação UE-Ucrânia no que diz respeito às disposições relativas ao tratamento concedido aos nacionais de países terceiros legalmente empregados no território da outra parte - Recomendação: Claude Moraes (A8-0009/2014)

15:00 - 23:00

Apresentação, pelo Conselho, da sua posição sobre o projeto de orçamento geral - exercício de 2015 3 Escassez estrutural de pagamentos no orçamento do Programa-Quadro Horizonte 2020 - Declarações do Conselho e da Comissão

Mercado único digital - Declaração da Comissão

Cimeira da ONU sobre o clima de 2014 (23 de setembro de 2014 - Nova Iorque) - Declarações do Conselho e da Comissão

Acordo de comércio livre UE-Canadá (CETA) - Declaração da Comissão

Acesso a medicamentos vitais na Europa - Declaração da Comissão

Quarta-feira, 17 de Setembro

09:00 - 11:50

Preparação da Cimeira da zona euro - Declarações do Conselho e da Comissão

Lançamento da Iniciativa Europeia para a Juventude - Declarações do Conselho e da Comissão

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - candidatura EGF/2014/000 TA 2014 - Assistência técnica por iniciativa da Comissão - Relatório: Liadh Ní Riada (A8-0003/2014)

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - candidatura EGF/2014/001 EL/Nutriart - Relatório: Georgios Kyrtos (A8-0004/2014)

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2012/010 RO/MECHEL - Relatório: Siegfried Mure an (A8-0008/2014)

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2014/003 ES/Aragão – Restauração - Relatório: Anneli Jäätteenmäki (A8-0006/2014)

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2014/002 NL/Gelderland- Overijssel construction - Relatório: Paul Tang (A8-0005/2014)

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2013/010 ES/Castilla y León - Espanha - Relatório: Esteban González Pons (A8-0007/2014)

15:00 - 21:00

Resposta da UE ao surto de ébola - Declarações do Conselho e da Comissão

Situação no Iraque e na Síria e ofensiva do ISIS, nomeadamente a perseguição de minorias - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Situação na Líbia - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Israel-Palestina após o conflito de Gaza e papel da UE - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Quinta-feira, 18 de Setembro

09:00 - 11:50

Relatório anual do SEAE sobre os direitos humanos e a democracia no mundo - Declaração da Vice- Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (artigo 135.º do Regimento)

Perseguição de defensores dos direitos humanos no Azerbaijão

Burundi, em especial o caso de Pierre Claver Mbonimpa

Violações dos direitos humanos no Bangladeche

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Situação na Ucrânia e balanço das relações UE-Rússia - Propostas de resolução

Resposta da UE ao surto de ébola - Propostas de resolução

Situação no Iraque e na Síria e ofensiva do ISIS, nomeadamente a perseguição de minorias - Propostas de resolução

Situação na Líbia - Propostas de resolução

Israel-Palestina após o conflito de Gaza e papel da UE - Propostas de resolução 8

Regulamento Delegado (UE) n.º .../.. da Comissão que altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 1528/2007 do Conselho que aplica às mercadorias originárias de determinados Estados pertencentes ao Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) os regimes previstos em acordos que estabelecem ou conduzem ao estabelecimento de

Acordos de Parceria Económica, com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento (UE) n.º 527/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, no que diz respeito à exclusão de um certo número de países da lista de regiões ou Estados que concluíram negociações - Propostas de resolução